

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
DEPARTAMENTO DE ENSINO E CURRÍCULO  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Marcelo Calisto de Castro

**NORMAS ESCOLARES: PERCEPÇÕES DE QUEM AS APLICAM**

Porto Alegre

2017

Marcelo Calisto de Castro

**NORMAS ESCOLARES: PERCEPÇÕES DE QUEM AS APLICAM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Raizer.

Porto Alegre

2017

*Chama-se violento ao rio que tudo arrasa. Ninguém diz violentas as margens que o comprimem.*

**Bertolt Brecht**

## RESUMO

O presente trabalho se propõe a entender como são percebidas pela equipe disciplinar, equipe pedagógica e direção, as sanções e punições aplicadas pela escola, bem como também analisar qual o efeito prático destas “medidas de ajuste de comportamento” sobre os alunos, mediante o objetivo a que (teoricamente) se propõem: estabelecer limites relativos a uma boa convivência humana no espaço escolar e, a partir disso construir práticas cidadãs. A disciplina escolar é pensada enquanto formadora de sujeitos conscientes dos efeitos das suas ações e do entendimento a respeito de regras sociais necessárias à conduta coletiva. Mas, a excessiva heteronomia e a falta de clareza dificultam a compreensão e o cumprimento de regras, assim como a falta de um efeito mais educativo das sanções levam a situações recorrentes de indisciplina. Acredito que estes pontos necessitam ser reavaliados pelo campo escolar, pois ao desconhecer as regras ou desconhecer o porquê de determinado comportamento não ser aceito, o seu cumprimento parece não fazer sentido, banalizando a disciplina escolar. Assim, o conjunto de regras dentro do ambiente escolar pode acabar por não cumprir o seu papel como parte de todo um processo de ensino-aprendizagem, tornando-se unicamente manifestação de violência simbólica. Para a elaboração desta análise foi realizada uma pesquisa qualitativa com três auxiliares de disciplina, uma pedagoga do serviço de orientação escolar e com o diretor de uma escola da rede pública municipal da cidade de Sapucaia do Sul. As conclusões deram-se ao confrontar as respostas dos questionários e a minha experiência como auxiliar de disciplina na mesma escola (o que me proporcionou realizar uma adequada observação participante) bem como as situações vivenciadas durante os dois estágios obrigatórios em que lecionei em uma escola da rede estadual, com a pesquisa bibliográfica utilizada como aporte teórico para a construção deste trabalho.

**Palavras-chave:** Disciplina escolar. Práticas cidadãs. Regras.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 DISCIPLINA E ESCOLA .....</b>	<b>8</b>
<b>3 A AUTORIDADE ESCOLAR.....</b>	<b>12</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>17</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>18</b>
<b>APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>19</b>
<b>APÊNDICE B - Pesquisa qualitativa - Disciplina Escolar.....</b>	<b>20</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir das observações realizadas em sala de aula de um colégio da rede estadual, localizado em Porto Alegre, para a disciplina EDU02101 - Estágio Docente I, chamou-me a atenção o grande número de queixas que ouvi na sala dos professores a respeito da indisciplina dos alunos. Muitas reclamações em tom de desabafo, outras como um desalento e algumas reclamações sob forma de ironias. Para eu, “marinheiro de primeira viagem”, estes argumentos todos causavam certa tensão e curiosidade antes de iniciar a prática docente, pois nem todos os professores tinham as mesmas queixas e percepções sobre as mesmas turmas. Porém, não deixei isso me influenciar a ponto de criar uma antipatia ou preconceito a respeito dos alunos. Durante a prática não senti tantos problemas de indisciplina quanto relatados na sala dos professores. Não sei se isso ocorreu por eu ser um desconhecido ali, fazendo com que os meus limites ainda fossem desconhecidos. O fato é que felizmente tive poucos e pequenos problemas de indisciplina em sala de aula.

Tempo depois, iniciei o trabalho como auxiliar de disciplina em uma escola pública municipal, na cidade de Sapucaia do Sul. Outra vez, a questão da disciplina/indisciplina e a necessidade de impor limites baseados em regras escolares se apresentavam, despertando novamente meu interesse pelo tema. Assim, decidi escrever sobre esta questão neste meu Trabalho de Conclusão de Curso. Diante disso, passei a observar cada caso que chegava até eu e meus colegas “da disciplina” bem como os que eram encaminhados diretamente para a orientação educacional, por se tratarem de alunos com um histórico de infrações, ou como na gíria da escola, “os terríveis”. Observei que encaminhar os alunos para o “Setor de Disciplina” e para o Serviço de Orientação Educacional (SOE) é uma prática comum e normal entre as (os) professoras (es). Quando um aluno não segue a conduta que lhe é estabelecida, ou seja, comporta-se de uma maneira “errada”, parece certo que ele precise ser punido para que aprenda como se comportar e também para que a sua punição sirva de exemplo para os colegas. Logo, passei a refletir sobre a percepção e os efeitos das normas entre os alunos na visão dos auxiliares de disciplina e da orientação escolar, afinal, são os profissionais que lidam diretamente com este tema na escola. Até que ponto estas sanções/punições podem produzir uma verdadeira mudança de comportamento no aluno sem diminuir a sua autonomia, fazendo com que comportamentos violentos e ofensivos sejam reprimidos? Reiteradas punições a um mesmo aluno acabam por banalizar-se e perdem o sentido para o mesmo? O quanto o meio social fora da escola afeta as suas atitudes escolares?

Fazer com que jovens (na sua grande maioria habitantes das periferias urbanas do país onde, a desigualdade social e toda a violência daí gerada salta aos olhos) entendam que a disciplina (e todo o conjunto de regras em que a mesma se apoia) não é mera formalidade ou modo de dominação dentro do ambiente escolar, mas sim procedimentos que procuram estabelecer limites à convivência cotidiana e facilitam o aprendizado, mostra-se uma tarefa árdua. Sempre acredito que o diálogo e o debate sejam as únicas maneiras para o entendimento entre as pessoas logo, na escola não deveria ser diferente. O entendimento a respeito da necessidade de existência de um regulamento a ser seguido, por diversos motivos, na escola e em qualquer outro campo da sociedade, é a maneira mais correta para que os alunos reconheçam a importância do seu cumprimento e para que percebam que a dinâmica social, a convivência em grupos, funciona a partir de regras que se propõem estabelecer limites para a manutenção da liberdade individual e da convivência entre os indivíduos. Limites estes que, se elaborados de maneira a não simplesmente oprimir e restringir a autonomia dos indivíduos, pode servir como uma forma de trazer segurança em uma sociedade que, por estar em constante mudança, causa grande expectativa e ansiedade aos sujeitos. O fundamental é que o aluno entenda o motivo da criação de determinada regra e, se possível participe do processo de criação para que se aproprie da mesma e assim, compreendendo o seu sentido, respeite-a. Afinal, exemplos contrários, de não cumprimento aos deveres a fim de se obter alguma vantagem e de impunidade lhes é mostrado e percebido todos os dias em seu meio e em outros.

Outra questão que nos leva a uma reflexão dentro desta temática são os efeitos da punição sob o desenvolvimento emocional e moral dos alunos. Por se tratar de indivíduos em formação e desenvolvimento inicial do caráter, tanto quanto a não compreensão das regras ou das punições, a indisciplina dentro da escola, ao não ser tratada de maneira clara e dentro de um processo respeitoso, pedagógico, levando em consideração a vida extraescolar do aluno, pode desenvolver sentimento de injustiça, levando o indivíduo a rebelar-se e a praticar conflitos ainda maiores. E, em decorrência da prática repetida de infrações pode vir a dotá-lo de estereótipos do tipo “aluno-problema” durante a sua vida escolar, estigmatizando-o.

O bom funcionamento da escola tem relação direta com o sentimento de proteção que a instituição pode oferecer à sua comunidade e, para isso as regras se fazem necessárias dentro da escola. Porém, é preciso um entendimento a respeito das normas e este entendimento precisa ser mútuo, da escola, que ao elaborar normas dê voz a toda comunidade escolar, debatendo com seus atores sociais. A elaboração das regras deve ser pensada de maneira a expressar um senso de equidade no ambiente escolar, com direitos e deveres não

somente para alunos, mas para todos os sujeitos da escola e, finalmente que estas regras façam sentido para os alunos, garantindo a segurança e o bem-estar na convivência do ambiente escolar enquanto não tiram dos alunos a sua autonomia e subjetividade. Aos alunos, ao serem estimulados a tomar parte da construção das regras, cabe a participação ativa na vida escolar, desenvolvendo assim, a consciência de que as normas possuem um propósito prático de manter o respeito recíproco entre todos na escola e que os limites servem para que os sujeitos possam expressar-se sem prejudicar os demais indivíduos.

Desse modo, a disciplina escolar pode ser encarada não meramente como um código de regras a serem obedecidas, mas como mais uma experiência didática na escola. Pois, temos o sentimento de democracia e de cidadania ao colaborar na sua construção, a garantia de poder expressar-se sem se expor a algum tipo de violência, a percepção dos direitos e deveres sociais como mecanismos para a manutenção da ordem social que podem assegurar uma convivência pacífica em sociedade e tantas outras lições.

Considero uma questão importante analisar como as relações de poder, evidenciadas pelo modo como a disciplina escolar e seus mecanismos atuam dentro da escola. Afinal, esta é uma das primeiras instituições públicas no qual o indivíduo tem contato. Interessa-me também ver como esta relação instituição x indivíduo, quando pensada de maneira inclusiva, de modo a atender às necessidades tanto de alunos quanto da instituição, pode ser algo positivo, benéfico e construtivo.

## 2 DISCIPLINA E ESCOLA

[...] o poder e o saber produzidos pelas normas disciplinares são fundamentais para a organização burocrática. Em uma sociedade de instituições burocratizadas como a nossa, o poder disciplinar se desenvolve em todo tecido social. (KRUPPA, 1994, p. 102).

Como disciplina, podemos entender cada uma das especialidades que compõem o conjunto de campos de saber em que se divide a produção do conhecimento ou também a obediência às regras e regulamentos preconcebidos para manter um padrão organizacional, ou seja, o controle comportamental dos indivíduos através de métodos coercitivos de conduta. Esta segunda concepção é a que interessa a este trabalho, especificamente como ela se dá no âmbito escolar.

Podemos afirmar que historicamente as sociedades sempre se organizaram sob o estabelecimento de normas, condutas e leis que sofreram mudanças de acordo com o contexto em que estavam inseridas. Por um viés, estas regras sempre procuraram garantir o bom convívio entre os indivíduos e, por outro, oprimi-los, subjugando-os à vontade dos grupos detentores do poder. O conhecimento de códigos disciplinares milenares como o Código de Hamurabi, esculpido em torno de 1700 a.C, na Mesopotâmia, que ditava as leis do povo babilônico, e o Torah, escrito em 450 a.C e que formou o princípio da tradição judaica, são exemplos do processo civilizatório guiado por preceitos. Posteriormente, na Idade Média códigos disciplinares guiavam a vida nos mosteiros, exércitos e outras instituições, mas foi no advento da Revolução Industrial, nos séculos XVII e XVIII, que a disciplina ganhou impulso, se expandiu e se massificou. O sistema de dominação escravocrata já não atendia as necessidades de um novo modelo econômico e urbano que se apresentava. O capitalismo necessitava de indivíduos alienados da sua condição, que cedessem a sua força de trabalho e ao mesmo tempo se constituíssem como consumidores dos bens manufaturados. A disciplina prestava-se perfeitamente a este propósito, afinal, ao padronizar e sincronizar, o tempo de trabalho rearranjou a vida social, passando a valer-se muito mais da ideologia do que de força física para continuar agindo sobre os indivíduos e, desse modo criar “corpos dóceis” que se sujeitam a dominação sem resistir.

Esta reflexão histórica nos permite perceber que o processo civilizatório e a construção de métodos disciplinares sempre andaram juntos. Sabemos que os regimentos são elaborados a partir das reiteradas práticas sociais do período histórico em que se situam, adaptando, moldando e institucionalizando estas práticas. Para o sociólogo estadunidense Howard Becker

(2008), expoente da Escola de Chicago, quem determina se uma prática ou comportamento é permitido ou não, são as pessoas em posição de relativo poder. Para Becker (2008) são os “empreendedores morais” que fazem uso deste poder para impor a sua vontade, estabelecendo legalmente os seus valores e condutas. Desse modo, institucionaliza-se a manutenção de determinadas visões de mundo e de privilégios de classe.

As pesquisas desenvolvidas por autores como Goffman e Becker conseguiram superar o que parecia ser uma conformação dos estudos sociológicos às premissas e, sobretudo, aos objetivos sociais de normalização e controle. A teoria da etiquetagem inaugura uma abordagem em que os comportamentos rotulados como desviantes não são o foco da investigação, antes o meio pelo qual certos grupos sociais detêm o poder de rotular outros como desviantes. (MISKOLCI, 2005, p. 29).

Com base nisso, é possível perceber que a qualificação do desvio é um produto totalmente social. Os atos não são essencialmente aceitáveis ou desviantes, mas adquirem esta denominação ao receberem a interpretação dominante durante a dinâmica de interação social. A abordagem interacionista do desvio introduzida por Becker (2008) também lança seu olhar sobre a conseqüente rotulação dos indivíduos. Ao agirem fora da expectativa e das normas estabelecidas, alguns sujeitos passam a ser percebidos como “desviantes”, passando a assimilar este estigma e a comportar-se dentro do comportamento esperado para um transgressor de normas.

Partindo de uma visão foucaultiana, onde o poder por si só não existe, mas existem sim relações de poder, podemos pressupor que toda ação normalizadora implica uma relação de poder construída por quem a impõe e por quem reage ao que lhe é imposto, acatando ou transgredindo este processo. Segundo Foucault (2008), a disciplina é resultante desta relação de poder que se estabelece nas relações e funcionaria como uma aliada da ordem social, tornando-se uma fonte classificatória e hierarquizadora dos sujeitos, além de organizar os espaços sociais.

A divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar ... a disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição. (FOUCAULT, 2008, p. 151).

A prática de condução dos indivíduos através da disciplina caminha junto com a história da humanidade. De maneira mais sutil ou explícita, a disciplina permeia o cotidiano mediando as relações sociais, organizando os espaços e as instituições. A escola é uma

instituição que retrata bem o espaço disciplinarmente organizado na sociedade. É na escola que a disciplina apresenta-se na organização espacial, na execução das práticas e na ação sobre os corpos, individualizando-os ao mesmo passo que os padroniza.

Sendo a escola o resultado das interações sociais que se desenvolvem em seu meio e também sendo ela uma instituição social, é possível compreender que exista um processo de padronização das condutas em seu contexto. As normas no ambiente escolar são idealizadas para mediar estas interações sociais, tornando a convivência e a aprendizagem satisfatória entre todos os sujeitos envolvidos. Mas como vimos antes, algumas normas podem oprimir os sujeitos, tornando-os indivíduos impedidos de externalizar as suas convicções e imputando-lhes marcas sociais que podem criar preconceitos. Em seu empenho para impor aos indivíduos o seu poder coercitivo a fim de que estes tenham comportamentos aceitáveis dentro do contexto, muitas vezes a escola cria um excessivo conjunto de regras onde, se a sua real necessidade não for pensada pode acarretar na heteronomia dos alunos ou, tão grave quanto, na incompreensão da maioria das regras, vindo a desencadear casos de indisciplina, revolta e violência. Elaboradas de maneira unilateral, sem a participação dos alunos e de seus pais, e muitas vezes assumindo uma forma claramente conservadora, distante da cultura juvenil, além de não serem divulgadas dentro do espaço em que se propõe regular, as normas, na maioria das vezes, se contrapõem aos valores dos alunos. Desse modo, as medidas restritivas e punitivas por si só parecem ter perdido a sua eficácia no que tange o combate á comportamentos agressivos na escola.

Conforme Abromovay (2012), a acentuação da violência escolar não pode ser percebida somente como uma reprodução do fenômeno da violência socialmente generalizado, mas como produtora de formas próprias de violência que se mesclam no cotidiano das relações sociais.

Entretanto, a escola não apenas reproduz as violências correntes na sociedade, mas produz formas próprias, de diversas ordens, tipos e escalas, que refletem as especificidades de seu cotidiano. Assim, recusa-se a tese de que a instituição tão somente ecoaria processos gerais, refletindo um estado de violência generalizado que teria origem fora dela. (ABROMOVAY, 2012, p. 46).

O *bullying*, termo popularmente difundido devido à sua exposição midiática, é uma manifestação das diversas categorias da violência, como a violência simbólica, as microviolências e a violência dura, sendo também uma das expressões mais cruéis da indisciplina escolar. A divulgação que o conceito de *bullying* alcançou foi importante para o debate a respeito da violência escolar, porém ao focar a sua análise nas agressões cometidas

entre os pares (aluno x aluno) ocorreu a sua banalização, mascarando outras formas de violência presentes no universo escolar como a violência de estudantes contra professores, professores contra estudantes, entre outras. Ou seja, houve a percepção da incidência e da gravidade das manifestações violentas na escola. Contudo, Abromovay (2012) diz que este fato não resultou em medidas efetivas para a construção de um espaço de escuta e mediação dos conflitos nas escolas. A escola apresenta-se como uma estrutura contraditoriamente fechada, pois reconhece os direitos dos jovens. Os reconhece também como sujeitos de identidades, valores e ideias próprias, mas têm dificuldade em transpor isso para a sua prática. Ao monopolizar o poder normalizador, fechando-se para os apelos e questionamentos discentes, expressa ares autoritários, causando antipatia e gerando conflitos.

Multifacetada e com intensidades diferentes, todas as formas de violência podem causar danos morais e físicos para as vítimas, portanto, não podem ser desprezadas sob pena de que a instituição perca a sua função social de proteger e educar, além de comprometer o desempenho e a relação entre professores e alunos. Quando o respeito é mútuo a relação se torna mais espontânea e o saber ganha outra conotação.

### 3 A AUTORIDADE ESCOLAR

Para pensar como vem se dando a disciplina escolar, optei por fazer um pequeno recorte social. Para isso, escolhi como objeto desta pesquisa uma escola de educação básica do município de Sapucaia do Sul, pois atuo diariamente nela desde o início deste ano letivo (o que facilitou o meu trânsito entre as pessoas pesquisadas), além de me permitir fazer uma reflexão comparativa com os casos experimentados em meus dois estágios obrigatórios. A combinação entre os dados empíricos e a bibliografia existente me pareceu a melhor abordagem metodológica a seguir, pois me possibilitou desvelar e ressignificar práticas, atitudes e reações dos sujeitos, dando significado aos comportamentos sociais.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de através do trabalho intensivo de campo. Por exemplo, se a questão que está sendo estudada é a da indisciplina escolar, o pesquisador procurará presenciar o maior número de situações em que esta se manifeste o que vai exigir um contato direto e constante com o dia-a-dia escolar. (MENGA, 1986, p. 11).

Assim, além da observação participante, gostaria de ter coletado dados entre os alunos e todos os funcionários para uma melhor análise, mas o tempo se mostrou curto para uma pesquisa tão ampla (talvez um futuro desdobramento desta me encaminhe a outra pesquisa) o que me levou a optar por pesquisar somente alguns funcionários. Para isso entrevistei por meio de um questionário com perguntas abertas, o diretor, a coordenadora pedagógica responsável pelos anos finais do ensino fundamental e os três auxiliares de disciplina (função que também exerço atualmente) - pessoas que lidam direta e diariamente com os casos de indisciplina na escola. Penso que entender como ponderam e o “*modus- operandi*” destes atores envolvidos (alguns com maior ou menor frequência) em todos os casos de desvio de comportamento “aceitável”, bem como interpretar as ideologias presentes em seus discursos e aplicadas em seus juízos de valor, seja de vital importância para compreender a questão disciplinar na escola, bem como para repensar as práticas em torno desta.

Quanto ao perfil dos profissionais questionados, posso representá-los assim: o diretor da escola é professor de Educação Física aposentado da rede municipal e atua na direção há dois anos, a coordenadora pedagógica está formada há dez anos e atua nesta função há oito, sendo que exerce este cargo em meio turno, pois também trabalha como professora do ensino básico em outra escola. Quanto aos auxiliares de disciplina, um atua há seis anos na função, sendo este seu primeiro emprego, outro iniciou nesta atividade no início deste ano letivo e é a

sua primeira experiência na área da educação. A terceira auxiliar pesquisada exerce a função há cinco anos, trabalhava anteriormente no setor industrial e está deixando o cargo para atuar como secretária na mesma escola.

O questionário foi entregue em mãos para todos os pesquisados e após recebê-los de volta analisei as respostas confrontando-as uma a uma, a fim de uma melhor comparação e de estabelecer uma melhor linha de raciocínio. As perguntas respondidas pelos entrevistados foram as seguintes:

- 1- O que você considera como indisciplina?
- 2- Como você trabalha a indisciplina?
- 3- Você acredita que as punições aplicadas pela escola alcançam os objetivos esperados? Justifique.
- 4- Você percebe mudança de comportamento entre os alunos que recebem punições na escola? Se a resposta for afirmativa, que tipo de mudança?
- 5- O que você acredita que faz o (a) aluno (a) se tornar indisciplinado?
- 6- Se desejar, deixe um comentário.

Na questão um procuro entender que atitudes os pesquisados consideram indisciplinadas. Considero uma pergunta base para as seguintes, pois sua resposta pode revelar o quanto o regulamento escolar é levado em consideração no momento de avaliar as atitudes e o quanto o juízo é subjetivo, baseado em crenças e valores morais próprios. A segunda questão me faz refletir sobre a existência de algum tipo de ação preventiva aos casos de indisciplina. Se a escola divulga, deixando claro a todos o regulamento escolar ou age somente em momentos que o “desvio” acontece. Na terceira e quarta questões penso no efeito prático das sanções. Com estas questões intenciono saber se as punições alcançam o objetivo de padronizar as condutas ou se elas acabam por criar estigmas em alguns alunos ou ainda, provoca a falta de autonomia dos mesmos. Com a quinta questão analiso como os profissionais percebem os motivos que levam aos atos de indisciplina. Também procuro saber se existe alguma distinção, baseada no contexto histórico-social do transgressor, durante o tratamento dos acontecimentos.

Analisando as respostas, a primeira pergunta obtida para a pesquisa, percebi que a noção a respeito do que é indisciplina resume-se a duas ideias básicas: o não cumprimento de regras e normas no qual os indivíduos estão submetidos e ao comportamento inadequado e inesperado para o local, para o meio, de modo a desrespeitar a liberdade do outro. Vale ressaltar a resposta de uma entrevistada que relaciona a indisciplina no ambiente escolar como um reflexo do ambiente familiar e social no qual o aluno está inserido. Assim como, o

juízo do que consideramos como comportamentos aceitáveis ou não aceitáveis muito mais ligados aos nossos valores e juízos pessoais do que ao regulamento estabelecido. “Penso que indisciplina seria na verdade uma ação, gesto ou fala que é realizada conscientemente com o objetivo de prejudicar ou machucar alguém.” (A.C.D). Esta mesma entrevistada problematizou uma questão importante, que não apareceu em outras respostas. Segunda ela, muitos alunos cometem atos de indisciplina como forma de chamar a atenção para si ou para problemas familiares ou psicológicos que estejam passando. “Também posso afirmar que muitos alunos que possuem uma “má-formação para a vida” e/ou “indisciplinados” os são para chamar a atenção, pois inconscientemente sabem que assim passam a ser o centro das atenções.” (A.C.D). Este tipo de situação vem de encontro com o que constata Parrat-Dayana (2012) em sua obra “Como enfrentar a indisciplina na escola”, onde afirma que os atos indisciplinados podem significar um pedido de atenção e reconhecimento, sentimentos que o aluno não encontra em outro meio social. Desse modo, avaliar os acontecimentos envolvendo atos de indisciplina por parte dos alunos mostra-se como uma tarefa que exige tempo e conhecimento por parte dos setores que tratam destes atos.

A respeito disso, uma das respostas à segunda questão mostra que nem sempre a ação tomada para resolver algum caso de indisciplina é a melhor, pois a reação é quase instantânea ao ato infracional o que prejudica o julgamento das ações. Na fala do entrevistado, “O que não quer dizer que as ações tomadas sejam as melhores, mesmo porque o tempo de reação é curto e causa problemas na análise caso á caso.” (M.P). As respostas para esta segunda questão mostram que, preventivamente o tema da indisciplina é pouco trabalhado na escola, sendo abordado somente durante a aplicação de alguma sanção. Acredito que o debate deste tema de modo a criar uma cultura de cumprimento às leis traria benefícios não somente para o respeito às normas escolares, mas para a formação de cidadãos conhecedores e cumpridores de seus direitos e deveres. A maioria dos entrevistados também salienta a necessidade do entendimento a respeito das conseqüências dos atos e das sanções recebidas para que não se torne algo mecânico e sem sentido.

Sabemos que a normatividade torna-se modelo coletivo de conduta, na medida em que é introjetada. Sobre os recursos disponíveis na escola, conducentes à introjeção das medidas reguladoras do comportamento coletivo, é preciso chamar a atenção para o relevo dado pelos estudantes à relação com o professor, sobre quem recaem grandes expectativas. Se, por um lado, os jovens descumprem as regras, por outro, são eles extremamente atentos à coerência dos adultos, no que diz respeito a sua aplicação. (ABRAMOVAY, 2012. p. 41).

Sobre a relação entre as punições aplicadas e o que se espera de quem as sofre, foi unanimidade a concordância entre os entrevistados de que a participação da família junto à escola no tratamento do fato é fundamental. A maioria dos entrevistados salienta que nos casos em que as famílias dos discentes foram informadas das transgressões cometidas por estes e compareceram à escola para se interarem sobre o ocorrido, observou-se uma melhora na postura de praticamente todos os alunos. Por outro lado, alunos oriundos de famílias desestruturadas e com histórico de negligência, e até de violência, tendem a encarar as punições escolares como mais um fato em suas vidas, não os coibindo de reincidirem nos atos indisciplinados.

Quanto às mudanças comportamentais observadas entre os alunos punidos, obtive respostas variadas dos entrevistados. Dois ressaltam mais uma vez que a mudança ocorre quando há compreensão sobre as consequências dos atos cometidos, mas outras respostas atentaram para o fato da punição não modificar atitudes, mas apenas coibir atos indisciplinados por um determinado tempo. Outra resposta mostra que em alguns casos o aluno punido revela-se, piorando o seu comportamento e, ainda em outra resposta, a entrevistada respondeu que percebeu em alguns casos os alunos punidos, acuados e com medo, “sem a real percepção dos atos.”

A reflexão proposta pela quinta questão é vital para o exercício de empatia e também para se pensar em estratégias adequadas e eficazes de abordagem aos casos de indisciplina. A falta de estrutura familiar foi a resposta quase unânime. Os entrevistados entendem que a falta de respeito, a violência e outros fatores negativos vivenciados pelos alunos em seu meio social/familiar são reproduzidos diretamente por estes no ambiente escolar ou indiretamente lhes causam problemas emocionais, afetando a conduta do indivíduo e a sua relação com seus pares. Outra questão levantada por alguns entrevistados foi a falta de limites. Oriundos de meios familiares desregrados, onde não há entendimento estabelecido sobre limites de convivência, alguns alunos trazem para a escola a falta de noção sobre as regras sociais básicas.

Conforme esse ponto de vista, a relação entre escola e rua torna-se perniciososa. Interessante notar como tais posicionamentos apontam para o não-reconhecimento do necessário respeito à escola, por parte dos estudantes, devido à manutenção de uma lógica externa e oposta, a da rua. (ABRAMOVAY, 2012. p. 43).

De um modo geral, as respostas apresentadas pelos entrevistados são preocupantes em alguns aspectos, mas também trazem pontos positivos. Preocupa o fato do reconhecimento

por parte dos entrevistados, de que as normas e punições estabelecidas pela escola muitas vezes não surtam o efeito esperado. Uma possível solução para isso seria (como já foi citado anteriormente) uma maior representatividade dos alunos na elaboração das normas, o que facilitaria o entendimento e a introjeção das mesmas. O fato de nenhum entrevistado mencionar a inclusão dos alunos na elaboração das normas revela o quanto se faz necessária uma escola mais igualitária entre seus sujeitos e democrática nas decisões, incluindo os alunos na elaboração do estabelecimento de limites no seu espaço de convivência. Neste sentido, é importante trazer ao debate a reflexão de Abramovay (2012) sobre a construção e aplicação das regras como modo mais eficaz para garantir o bem-estar e as condições apropriadas ao aprendizado. Para isso, a autora propõe a inclusão dos diversos atores escolares (entre estes e principalmente, os alunos) para a construção das regras, de modo que o regulamento busque compreender a dinâmica das relações sociais e dos modos de constituição do indivíduo que se dão no processo de socialização típicos da instituição escolar.

Afirmações como: “Este assunto é muito difícil, pois é hoje o maior desafio nas escolas, que não estão conseguindo acompanhar as evoluções do mundo e que, ainda, é muito formal, despertando pouco interesse por parte alguns alunos, principalmente nos indisciplinados.” (A.C.D), nos levam a pensar sobre como a escola tenta adaptar-se as mudanças da Modernidade como por exemplo, o uso de equipamentos eletrônicos no ambiente escolar. Parece haver uma discrepância entre os interesses da escola e as demandas dos alunos. A ciência de que a indisciplina tem, na grande maioria das vezes, origem extraescolar e o reconhecimento de que a parceria entre escola e família é fundamental para a resolução de problemas apresentou-se como um ponto positivo das entrevistas: “Percebo que as punições aplicadas somente surtem efeito quando a família trabalha juntamente com a instituição para a mudança de postura desse aluno.” (C.B).

Saber o que pensam os profissionais dos setores disciplinadores da escola sobre as situações que vivenciam no cotidiano mostrou-se fundamental para fazer um elo com a teoria disponível sobre o tema pesquisado e, desse modo apresentar possíveis soluções.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho procurei refletir sobre como as normas escolares são percebidas, por quem as estabelece e as coloca em prática: a equipe pedagógica e a direção de uma escola. Suas impressões a respeito dos limites de comportamento aceitáveis e o efeito prático das punições sobre os alunos “desajustados.” Do mesmo modo, atentei para o fato de que as normas escolares, quando elaboradas com o intuito de não ser simplesmente uma maneira de manter o controle e a previsibilidade sobre o indivíduo, podem contribuir para a formação de um cidadão (ã) consciente de seu papel na sociedade.

Para entender as normas como instrumento organizador e disciplinador, busquei as reflexões de importantes pensadores da sociedade, como Michel Foucault (2008), Howard Becker (2008) e Erving Goffman (2008), além de contar com as fundamentais pesquisas de Miriam Abramovay (2012) e de Silvia Parrat-Dayan (2012) para fundamentar e compreender melhor a realidade exposta nas entrevistas que realizei junto aos profissionais da educação.

Confrontando os dados empíricos obtidos na pesquisa com a teoria utilizada percebi como este tema é pouco discutido na escola. Os alunos (as) iniciam o ano letivo e o código de normas já está pronto, sem os discentes contribuírem na sua escrita e sem compreenderem o significado da não aceitação de determinada conduta ou pior, tomando conhecimento somente quando agem fora do que está determinado. Sem o devido entendimento e clareza das normas, torna-se árdua a construção de um ambiente seguro e prazeroso para todos os atores escolares. A disciplina precisa ser agregada ao currículo escolar como parte do integrante do aprendizado de socialização do indivíduo.

O entendimento de que a vida “fora dos muros da escola” é determinante para o comportamento dentro do espaço escolar e a consciência de que, sem o envolvimento familiar no tratamento dado aos casos de indisciplina à conduta do indivíduo pode tornar-se um problema para ele e para o meio, mostra que os profissionais da educação se preocupam em distinguir causa x efeito, procurando definir métodos individuais, abordando caso a caso.

Concluindo, o processo de socialização do indivíduo atravessa uma fase muito importante quando este passa a freqüentar o ambiente escolar, pois, para a grande maioria, é na escola que se dá o segundo contato do sujeito com seus pares. Então a escola, enquanto formadora de sujeitos, deve entender a disciplina como componente essencial para a formação de um indivíduo consciente de seus atos, que compreende a necessidade dos regramentos como forma de intermediar as relações sociais de modo seguro e igualitário, mas também sem prejuízo ao desenvolvimento da autonomia e da particularidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. (Coord.). **Conversando sobre violência e convivência nas escolas**. Rio de Janeiro: FLACSO – Brasil: OEI: MEC, 2012.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MISKOLCI, Richard. Do Desvio às Diferenças. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 47, n. 1, p. 9-42, jul. 2005.

PARRAT-DAYAN, Silvia. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2012.

## APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do (a) professor (a) Leandro Raizer, cujo objetivo é compreender como são percebidas as sanções aplicadas pela escola aos alunos que cometem atos de indisciplina bem como, o efeito prático destas medidas.

Sua participação envolve uma entrevista, que se dará através do preenchimento de um questionário com cinco perguntas abertas.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador (es) pelo fone (51) 99437-5058 ou e-mail marcelo.calisto@ufrgs.br ou pela entidade responsável.

Atenciosamente

Marcelo Calisto de Castro.

**Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.**

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Local e data

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS**  
**Av. Paulo Gama, 110 - 90040-060 - Porto Alegre/RS**

## **APÊNDICE B - Pesquisa qualitativa - Disciplina Escolar**

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

#### **Pesquisa qualitativa - Disciplina Escolar**

#### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Disciplina Escolar”, do curso de graduação de Licenciatura em Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Graduando: Marcelo Calisto de Castro. E-mail: marcelo.calisto@ufrgs.br

O objetivo deste estudo é compreender como são percebidas as sanções e punições aplicadas pela escola aos alunos que cometem atos de indisciplina.

Este questionário possui cinco perguntas abertas. Caso não deseje responder alguma pergunta, deixe-a em branco.

Ao aceitar participar desta pesquisa, os direitos para o uso das informações serão cedidos para que o pesquisador possa analisar e publicar os dados obtidos.

As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e o sigilo sobre sua participação é assegurado, pois não é necessário identificar-se de nenhum modo.

- 1- O que você considera como indisciplina?
- 2- Como você trabalha a indisciplina?
- 3- Você acredita que as punições aplicadas pela escola alcançam os objetivos esperados? Justifique.
- 4- Você percebe mudança de comportamento entre os alunos que recebem punições na escola? Se a resposta for afirmativa, que tipo de mudança?
- 5- O que você acredita que faz o (a) aluno (a) se tornar indisciplinado?
- 6- Se desejar, deixe um comentário.

Respostas.